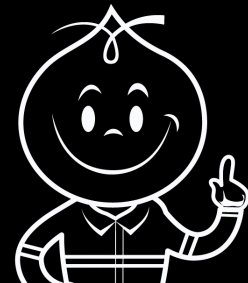


LV 30 anos

DESDE 1988 AO LADO DOS TRABALHADORES



INTERCEL | INTERSUL | JORNAL LINHA VIVA Nº 1423 - 20 DE SETEMBRO DE 2018

ACT AVANÇA

Diretoria da Celesc vem para o debate e apresenta nova proposta, mas é preciso avançar nas reivindicações da categoria



INIMIGO

DA CELESC PÚBLICA



TRIBUNA LIVRE

CONVÉM APOSTAR BOA PARTE DAS FICHAS NA MOBILIZAÇÃO E NO REFORÇO DA AÇÃO SINDICAL

POR JOSÉ ÁLVARO CARDOSO

Os efeitos do golpe em curso, como se sabe, são devastadores. O que o País conseguiu avançar nos governos progressistas, pouco em face das muitas necessidades, foi liquidado em pouco mais de dois anos. As políticas implementadas pelo golpe prejudicam principalmente os mais pobres, que dependem mais diretamente das ações desenvolvidas pelo Estado (por exemplo, a retirada de 1,5 milhão de beneficiários do Bolsa Família). Porém, políticas de destruição da renda e do mercado consumidor interno, como estão fazendo, contrariam os interesses de, pelo menos, 99% da população. Ou seja, tais políticas não afetam apenas a maioria esmagadora da população que vive do seu trabalho, mas também os de pequenos e médios empresários, cujos produtos se destinam essencialmente ao mercado consumidor interno.

A incapacidade de reagir eficazmente aos ataques, por parte da população que vem sendo vitimada, não é apenas um problema de fraqueza ou indisposição para uma luta mais vigorosa. É que, dentre os motivos para a insuficiente mobilização, está também o fato de que o inimigo, que comanda o processo, é muito poderoso. Além disso, está operando numa situação de extrema gravidade, isto é, a mais aguda crise da história do sistema capitalista mundial. Esses fatos, somados, dificultam muito uma reação vigorosa, à altura da magnitude dos ataques que os direitos dos trabalhadores vêm sofrendo.

Possivelmente em função da dramaticidade dos acontecimentos, e das dificuldades de se fazer análises mais precisas dos cenários econômicos, boa parte da população está depositando quase todas as suas fichas na "magia" das eleições. É como se as eleições, por um processo de encantamento, fossem interromper todos os ataques que os trabalhadores estão sofrendo, e começar imediatamente após o pleito, a reverter a situação de desemprego, queda da renda, e precarização que acomete boa parte da população.

Para essa interpretação da conjuntura, um presidente eleito todo poderoso, do campo progressista, irá resgatar a CLT, devolver o pré-sal ao povo brasileiro, recuperar a Petrobrás, revogar a Emenda 95, reestruturar as políticas sociais do governo e interromper as negociações para entregar o Aquífero Guarani. Tudo isso de forma rápida, e mágica, devolvendo a alegria ao povo, surrupiada pelo golpe. A história mostra que, em política, sempre se prefere o caminho mais fácil. Para as pessoas que estão vivendo uma espécie de pesadelo no Brasil, seria muito mais fácil mudar a realidade com o simples ato de se dirigir às urnas e votar. Conforme se sabe – e os últimos anos têm mostrado isso com muita clareza – o caminho da mobilização, da luta, de remar contra a correnteza, é muito duro, muito difícil. É muito mais tranquilo ir votar do que participar de infundáveis manifestações, reuniões do sindicato, passeatas, as quais também não têm nenhuma garantia de que irão resolver os problemas no

curto ou médio prazos.

Porém, o fato é que a visão romântica, que prevê um final feliz sem muita luta, não se sustenta quando se analisa os acontecimentos de forma mais fria. A gravidade da situação, tanto no Brasil, quanto na vizinhança latino-americana, exige muito mais cautela e senso de realidade. Os trabalhadores brasileiros vêm apanhando como nunca nos últimos dois anos, decorrência direta do golpe, que foi perpetrado para retirar direitos, entregar riquezas, e o que restou da soberania nacional. É muita ingenuidade imaginar que esta operação continental, extremamente complexa e perigosa, será abandonada simplesmente em função de um suposto respeito ao desejo popular nas eleições. Este seria um enredo que destoariria do que aconteceu no Brasil nos últimos anos.

Recentemente o comandante das forças armadas, general Villas Boas, declarou (de forma ilegal), que em face dos últimos acontecimentos, é possível que o resultado das eleições possa ter a sua legitimidade questionada.

"É como se as eleições, por um processo de encantamento, fossem interromper todos os ataques que os trabalhadores estão sofrendo"

As declarações de outro general também da cúpula militar, Mourão, são ainda mais reveladoras do que estão dispostos a fazer para garantir o controle do processo político. Ou seja, em face de um resultado desfavorável (para eles) nas eleições, não está descartada a possibilidade de intervenção militar. Há fortes indicações de que a estratégia principal dos golpistas é aproveitar o processo eleitoral para institucionalizar o golpe, como ocorreu em outros países da América Latina, recentemente.

Se esta estratégia malograr, não descartam outras possibilidades, como a do golpe militar.

O processo eleitoral, por sua vez, está muito sob controle dos estrategistas do golpe, que tentam conduzir para os resultados que desejam, intento para o qual contam com muitos recursos (aparato legal, grande mídia, instituições). Além disso, por mais róseo que seja o resultado eleitoral para os trabalhadores (o que não será fácil obter), o presidente vai precisar governar. Quem garante que, eleito um presidente que queira desfazer o estrago que fizeram em dois anos, não irão repetir o roteiro que implementaram a partir do resultado eleitoral adverso de 2014?

Tudo indica que, passado o processo eleitoral, irão tentar aprofundar as medidas do golpe, terminando o "serviço" que ainda está incompleto (destruição da Previdência Social, privatização da Eletrobrás, dos Correios, Banco do Brasil e CEF, etc.). No atual cenário, extremamente nebuloso, é muito difícil prever que rumos irá tomar a conjuntura nacional. Por isso, o reforço da mobilização sindical, o debate permanente com os trabalhadores, as campanhas de sindicalização e o permanente trabalho de base, são ações e políticas que podem melhorar a correlação de forças em qualquer conjuntura. A hora é fortalecer ainda mais as trincheiras e dobrar a resistência.

CELESC

COMANDANTE MOISÉS NÃO DEFENDE CELESC PÚBLICA

Candidato do PSL se recusa a assinar moção contra a privatização da empresa

O candidato ao Governo do Estado pelo Partido Social Liberal (PSL), Comandante Moisés é inimigo da Celesc Pública. Coronel da Reserva do Corpo de Bombeiros, Moisés se recusou a assinar a carta compromisso com a Celesc Pública, afirmando que gostaria de conversar sobre o assunto, "sem compromisso de posição antecipada". O Representante dos Empregados no Conselho de Administração, Leandro Nunes e a Interceel procuraram diversas vezes o candidato para debater a Celesc Pública, mas após a manifestação inicial, Moisés simplesmente não atendeu a representação dos celesquianos. Do primeiro contato até a data de fechamento desta edição do LV, passaram-se 31 dias sem resposta.

Candidato pelo partido de Jair Bolsonaro - esse um declarado privatista - Moisés já se posicionou em sabatina na Record News como defensor da "redução da máquina pública". Também na sabatina, Moisés condiciona a privatização de Celesc e Casan à uma boa gestão, não importando, assim, se ela é pública ou privada.

A Celesc é exemplo de empresa pública e fundamental para o desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, sendo, ainda, uma das melhores distribuidoras de



energia do país. Ao se recusar de firmar compromisso com a Celesc Pública, o candidato demonstra desprezo com os trabalhadores e ignorância do papel desenvolvimentista da empresa.

Qualquer postulante a Governador do Estado que se recuse a firmar compromisso com a Celesc Pública é um inimigo dos trabalhadores. Qualquer candidato que defenda a privatização não merece o voto dos celesquianos. FORA COMANDANTE MOISÉS!

ELETROBRAS

DEMISSÃO DE DIRIGENTE SINDICAL GERA PROTESTOS

Chesf demite dirigente sindical por participar de ato em defesa das empresas públicas

Numa clara violação à liberdade de atuação sindical, a direção da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) demitiu, nessa quarta-feira (12), um dirigente do Sindicato dos Urbanitários de Pernambuco (Sindurb-PE) pela participação em um ato, no dia do aniversário da empresa, contra a privatização da Chesf.

O Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) se manifestou sobre a prática antissindical e também encaminhou uma correspondência à diretora de Administração da Eletrobras, Aracilba Alves Rocha, cobrando pela falta de intervenção da direção da estatal e pedindo providências. "Este clima de perseguição que hoje se instituiu na Chesf, na base de Pernambuco, pode ser um precedente perigoso para os trabalhadores de outras empresas do Sistema. Portanto, todos os sindicatos devem ficar atentos e mobilizados para denunciar esse tipo de atitude", disse o CNE por meio de nota.

Em vários locais, atos de protesto contra a postura da empresa e em defesa do companheiro foram realizados, demonstrando união da categoria contra os desmandos e ataques contra a classe trabalhadora.

ELETROSUL

ELETROSUL CONTINUA A DESCUMPRIR ORDEM JUDICIAL

Mesmo com determinação judicial, empresa não corrige forma de pagamento da periculosidade

A Eletrosul continua descumprindo a ordem judicial que determinou em Tutela de Urgência o retorno da sistemática de periculosidade aos moldes anteriores à mudança unilateral promovida pela empresa.

A tutela abrange todos os empregados de Santa Catarina e não vem sendo cumprida pela empresa, que interpôs embargos de declaração à decisão judicial.

A assessoria jurídica da Intersul já refez a denúncia do descumprimento e da gravidade dos prejuízos aos trabalhadores, protocolando manifestação sobre os embargos e aguarda a análise pela Justiça.

A protelação do cumprimento da decisão pode acarretar em prejuízo à empresa caso seja aplicada multa pelo descumprimento.



ELETROSUL

REVÉS NA LUTA CONTRA A IGUALDADE DE GÊNERO NA ELETROSUL

Atitude de gerente da empresa tem que ser combatida

Um gerente da Eletrosul, provavelmente mal informado, vem querendo chamar a atenção para suas declarações públicas discriminatórias contra as mulheres trabalhadoras. A postura inadequada com os novos tempos, onde

"A postura inadequada com os novos tempos, onde a misoginia vem sendo combatida no mundo inteiro, requer atenção urgente da Diretoria da Eletrosul"

No site da Eletrosul está público que a empresa conta com seu Comitê de Gênero e Raça desde 2006, esfera institucional atuante que visa a difundir iniciativas exemplares

de equidade de gênero e raça no mundo do trabalho. Matéria no mesmo site divulgou que no dia 20/03/2018 a Eletrosul sediou assembleia extraordinária do Movimento Nacional ODS Nós Podemos SC. Signatária do Movimen-

to desde 2009, a Eletrosul compõe atualmente o Comitê Regional da Grande Florianópolis com o compromisso de incorporar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, que conta com a pauta "igualdade de gênero". Des-

necessário seria lembrar que em 2016 a Eletrosul formalizou junto à ONU o seu compromisso com os 10 princípios do Pacto Global da ONU é "eliminar a discriminação no emprego".

Motivos, portanto, não faltam para que a Alta Administração da Eletrosul, de forma direta, busque sensibilizar seus gestores para evitar posturas gerenciais infelizes que somente malogram a própria imagem da empresa junto à sociedade. O Comitê de Gênero e Raça e demais instâncias institucionais da Eletrosul já vem fazendo o seu papel.

CELESC

NEGOCIAÇÃO AVANÇA, MAS AINDA NÃO FECHA

Diretoria apresenta nova proposta, mas ainda é preciso avançar mais

A quarta rodada de negociação do Acordo Coletivo de Trabalho 2018/19, realizada nesta terça-feira, dia 18, destravou o processo negocial e trouxe avanços. A principal mudança foi na postura da Diretoria de Gestão que, finalmente, veio para a mesa para debater o acordo com responsabilidade. Desta forma, a Diretoria abandonou a proposta de reajuste ligada à Parcela B (1,86%) e apresentou uma proposta de reajuste pelo INPC. Além disso, na proposta apresentada o auxílio-alimentação passa para R\$ 36,50, mantendo o valor do vale-peru em R\$ 1300,00. A proposta da empresa também destrava o congelamento de reajuste em algumas cláusulas financeiras, como os Adicionais de despachante e de Linha Viva, uma vez que todas as cláusulas que tem impacto econômico serão reajustadas pelo índice de reajuste salarial. Um dos destaques do avanço foi o Auxílio



Baba-Creche, que teve reajustadas as faixas e valores, em índice superior ao da inflação.

A principal cláusula do ACT foi, novamente, posta em debate. A extensão da Garantia de Emprego para 3 anos, forma de reconhecer o trabalho e empenho dos celesquianos com a manutenção da concessão, foi cobrada pelos dirigentes sindicais. Segundo o Diretor de Gestão, a Colegiada ainda aguarda uma manifestação do Governador do Estado, Eduardo Pinho Moreira, para poder responder definitivamente a questão. Uma reunião entre os diretores da Celesc e o Governador está agendada para hoje. Apesar do avanço, a proposta ainda não contempla as reivindicações da categoria e os dirigentes sindicais já avisaram a Diretoria que é preciso continuar o debate valorizando os celesquianos e respeitando seus direitos. É fundamental continuar o avanço, concedendo a extensão da garantia de emprego. A última rodada acontece nesta sexta-feira, dia 21.

SETEMBRO AMARELO

ÚLTIMAS PAVAVRAS

POR CHRISTIAN INGO LENZ DUNKER

Sócrates havia tomado cicuta e já sentia os primeiros sintomas de adormecimento por seu corpo. Os discípulos ao seu lado esperavam pelas últimas palavras do velho sábio. Se a vida é uma história, ela depende de como nós a contamos e de como ela será recontada pelos que nos sobrevivem. Daí o valor que atribuímos ao último capítulo. A morte solitária, particularmente a morte violenta, era um pesadelo para os antigos porque, neste caso, perdiam-se também suas últimas palavras. Aquele que é colhido pelo acidente deixa uma espécie de dívida em aberto, sob forma de palavras por dizer, que o levará a voltar como fantasma. No cerimonial da grande morte, que vigorou até o século XVIII, e que antecedeu seu silenciamento em hospitais, cercado de invisibilidade e vergonha, alguém prestes a morrer reunia seus entes queridos, fazia declarações públicas e, sobretudo, meditava a céu aberto sobre o que teria sido sua existência. Qual é a causa que nos concerne enquanto vivos?

Foi, portanto, com relativa ironia, e não sem algum constrangimento, que os alunos de Sócrates ouviram: “Críton, devemos um galo a Asclépio, não te esqueças de pagar esta dívida”. A formulação é irônica porque Asclépio, pai mítico da medicina grega, senhor dos remédios e da cura, não pôde salvar o inventor da filosofia. Inaugura-se aqui uma tradição que pensa a mensagem do suicídio como ato que subverte as causas que o tornaram possível. Afinal, não estaria a cidade grega, que condenou Sócrates ao suicídio, eternamente em dívida para com ele? Ao pontuar a dívida com o pai da medicina, ele se coloca também no lugar daquele que se sacrifica pela cidade, pelo seu invento primeiro e maior: o pharmakon, termo que significa em grego, simultaneamente, veneno que cura ou mata e palavra que salva.

A carta de suicídio é o testemunho material de um acontecimento inacreditável. Quando alguém tira a própria vida, isso parece ofender não apenas uma crença específica na soberania da vida, na relevância da existência, mas o próprio princípio da crença, ou seja, essa leitura da vida que mantém unido o arco temporal que sai do presente, retorna ao passado e se projeta como realizado no futuro. Isso explicaria por que a maior parte das religiões condena impiedosamente o suicídio, mas também por que, estatisticamente, ateus suicidam-se menos do que crentes. Como se ensina aos psicoterapeutas iniciantes. Diante de alguém com ideação suicida, não vale a pena investir demais na proposição de motivos ou razões para viver, como se tivéssemos que inocular no outro uma narrativa de esperança, baseada em conteúdos de dignidade. O que está em questão é o circuito das crenças, sua gramática, não sua semântica. Por isso, há casos nos quais é decisivo reconhecer a dignidade ética do suicídio.

A carta de suicídio não só atesta a realidade do fato, mas interfere no luto infinito dos que ficam. Todo luto tem um tanto de impotência, pois sentimos que não conseguimos amar o outro suficientemente, caso contrário, ele não teria ido embora. Por outro lado, se ele se foi é porque não nos amava tanto assim. Culpa por tê-lo deixado ir e raiva porque ele nos deixou compõem assim um par de afetos em torno do qual o trabalho de luto investiga o que se foi naquela perda. Quando reconstruímos o molde e o símbolo do que se perdeu, o luto acaba. Aquele que se foi prosseguirá jornada dentro de nós, como um traço da saudade e memória, como parte de nós e de nossa história. No caso do suicídio, esse processo torna-se mais intenso. O convívio entre remorso e ódio é mais agudo. A forma reduzida do outro terá que incorporar a própria decisão do suicídio.

Alguns indígenas brasileiros pensam que os mortos têm inveja dos vivos. Esse efeito de sucção ou de atração para o mundo dos mortos é semelhante ao medo ocidental dos fantasmas e espíritos que viriam nos buscar. Ao deliberadamente escolher ir embora, aquele que tira sua própria vida cria uma espécie de paradoxo, pois indo sem ser forçado ele fica e se repete como mensagem permanente. O suicídio testemunha o fracasso de nossa capacidade de mantê-lo entre nós e, ao mesmo tempo, uma traição. Frequentemente, esse fracasso é antecipado pelo que vai aos que ficam, preparando-nos assim para nossa própria finitude e mortalidade. Ainda que saibamos, cognitivamente, dessa limitação, quer possamos atribuí-la à enfermidade, à insuficiência médica, ao envelhecimento, aos acidentes da existência, a morte de alguém sempre evoca esse primeiro momento de culpa e de fracasso. Como disse Torquato Neto, em sua poesia de despedida:

De modo que FICO
sossegado por aqui mesmo
enquanto dure.

Se os vivos, em geral, lutam para ficar, mas acabam indo, o poeta decide ficar deixando uma carta de permanência. Como um psicanalista que encerra a sessão dizendo “ficamos por aqui” e deixa o paciente na dúvida se é para ir ou para ficar, o autor diz que fica, em suas palavras, ao mesmo tempo em que diz que vai em seu ato. A sua presença torna-se, assim, signo de sua ausência sossegada.

